

SF 752 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
SF 752 Participações Societárias S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SF 752 Participações Societárias S.A.. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individual e consolidada acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da SF 752 Participações Societárias S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 3.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos de R\$ 624.338 mil e R\$ 675.047 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Ademais, conforme o balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante excedeu o total do ativo em R\$ 618.810 mil, no caso da Companhia, e R\$ 1.004.035 mil, no consolidado. Conforme apresentado na Nota 3.2, esses eventos e condições, juntamente com outros fatores ali descritos, indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Aline Peres Eleutério
Contadora CRC SP-295291/O-0

SF 752 Participações Societárias S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	559	809	48.879	43.562
Contas a receber de clientes	10	-	-	87.812	90.373
Impostos a recuperar		-	22	4.626	10.895
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		44	-	43	1.275
Despesas antecipadas		-	-	2.802	17.185
Estoques		-	-	7.414	5.598
Outros recebíveis	11	-	2	17.680	12.819
Adiantamento dividendos		-	-	478	478
Empréstimos com partes relacionadas		-	2.025	-	-
Ativos mantidos para venda	17	-	-	-	134.237
Total do ativo circulante		603	2.858	169.734	316.422
Não circulante					
Investimentos em títulos		-	-	-	28
Dividendos		-	-	-	110
Depósito em contencioso		-	-	11.268	-
Outros recebíveis		-	2	10.598	2.920
Impostos a recuperar		-	-	9.188	703
Ativo fiscal diferido	25	-	-	-	44.110
Total do realizável a longo prazo		-	2	31.054	47.871
Investimentos em controladas	12	101.071	560.150	-	-
Imobilizado	13	-	-	1.034.709	936.182
Intangível	14	-	-	259.462	425.280
Direito de uso	20	-	-	194.841	184.867
Total do ativo não circulante		101.071	560.152	1.520.066	1.594.200
TOTAL DO ATIVO		101.674	563.010	1.689.800	1.910.622

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	16	5	-	45.230	44.312
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	133.796	90.800
Arrendamento a pagar	20	-	-	50.211	39.402
Debêntures e certificados de recebíveis	19	619.407	461.625	774.423	471.665
Salários e encargos sociais	21	-	-	46.777	33.891
Impostos e taxas a recolher		-	7	13.884	27.422
Impostos parcelados	22	-	-	42.019	30.963
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	-	3.822
Outras contas a pagar	24	-	-	67.429	40.795
Passivo mantidos para venda	17	-	-	-	41.255
Total do passivo circulante		619.412	461.632	1.173.769	824.327
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	33.068	186.074
Arrendamento a pagar	20	-	-	154.121	165.535
Debêntures e certificados de recebíveis	19	-	-	197.049	431.936
Impostos parcelados	22	-	-	89.536	90.326
Provisão para demandas judiciais	23	7.173	7.173	23.466	13.146
Outras contas a pagar	24	-	-	139.068	58.810
Provisão para passivo a descoberto	12	5.222	-	-	-
Total do passivo não circulante		12.395	7.173	636.308	945.827
Total do passivo		631.807	468.805	1.810.077	1.770.154
Patrimônio líquido					
Capital Social	26	278.511	278.511	278.511	278.511
Prejuízos acumulados		(808.644)	(184.306)	(808.644)	(184.306)
		(530.133)	94.205	(530.133)	94.205
Participação de acionistas não controladores		-	-	409.856	46.263
Total do patrimônio líquido		(530.133)	94.205	(120.277)	140.468
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		101.674	563.010	1.689.800	1.910.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SF 752 Participações Societárias S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de serviços	27	-	-	608.414	566.951
Custos de serviços prestados	28	-	-	(598.903)	(471.474)
Lucro bruto		-	-	9.511	95.477
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas comerciais	28	-	-	(8.216)	(5.440)
Despesas gerais e administrativas	28	(5.300)	(1.831)	(68.551)	(67.370)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(288.959)	(116.004)	-	-
Provisão para <i>impairment</i> sobre ágio	14 e 28	(172.566)	-	(172.566)	-
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	28	-	-	(14.762)	(753)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	19	(4.993)	10.277	16.963
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(466.806)	(122.828)	(244.307)	38.877
Receitas financeiras	29	264	159	7.564	2.838
Despesas financeiras	29	(157.796)	(61.637)	(353.651)	(223.440)
	29	(157.532)	(61.478)	(346.087)	(220.602)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(624.338)	(184.306)	(590.394)	(181.725)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	-	-	2.802	(1.370)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	-	-	(48.472)	610
	25	-	-	(45.670)	(760)
Prejuízo do exercício antes das operações descontinuadas		(624.338)	(184.306)	(636.064)	(182.485)
Operações descontinuadas					
Prejuízo após os tributos provenientes de operações descontinuadas	12	-	-	(38.983)	(24.858)
Prejuízo do exercício		(624.338)	(184.306)	(675.047)	(207.343)
Atribuível a:					
Acionistas controladores				(624.338)	(184.306)
Acionistas não controladores				(50.709)	(23.037)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SF 752 Participações Societárias S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(624.338)	(184.306)	(675.047)	(207.343)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(624.338)	(184.306)	(675.047)	(207.343)
Atribuível a:				
Acionistas controladores			(624.338)	(184.306)
Acionistas não controladores			(50.709)	(23.037)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SF 752 Participações Societárias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Não controladores		Consolidado
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital “(AFAC)”	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 1º abril de 2024	306.569	-	306.569	-	-	306.569
Redução de capital conforme AGE de 17 de abril de 2024	(28.058)	-	(28.058)	-	-	(28.058)
Prejuízo do exercício	-	(184.306)	(184.306)	-	46.263	(138.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	278.511	(184.306)	94.205	-	46.263	140.468
Adiantamento para futuro aumento de capital (não controladores)	-	-	-	414.302	414.302	414.302
Prejuízo do exercício	-	(624.338)	(624.338)	-	(50.709)	(675.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	278.511	(808.644)	(530.133)	414.302	409.856	(120.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SF 752 Participações Societárias S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(624.338)	(184.306)	(675.047)	(207.343)
Ajustes para:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	48.472	610
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	-	(2.802)	(1.370)
Resultado na venda do ativo imobilizado	13	-	-	(3.296)	16.492
Depreciação e amortização	13,14,20	4.993	4.993	105.504	114.775
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos provisionados		157.764	61.600	288.866	170.746
Resultado com equivalência patrimonial	12	288.959	116.004	-	-
Provisão para <i>impairment</i> de ágio	14	172.566	-	172.566	-
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	10	-	-	14.762	753
Resultado com operações descontinuadas		-	-	38.983	24.858
Reversão de provisão para demandas judiciais	23	-	-	10.320	(22.862)
		(56)	(1.709)	(1.672)	98.179
(Aumento) redução no ativo:					
Contas a receber de clientes		-	-	(12.201)	(5.422)
Impostos a recuperar	22	(22)	(22)	(942)	1.180
Despesas antecipadas		-	-	14.383	(1.347)
Estoques		-	-	(1.816)	(1.505)
Outros recebíveis		(2)	(5)	49.655	(11.376)
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores	5	-	-	(2.629)	39.703
Salários, ordenados e encargos sociais		-	-	12.891	1.855
Impostos e taxas a recolher	(7)	7	7	(13.536)	(4.985)
Impostos parcelados		-	-	10.266	15.490
Outras contas a pagar		-	-	10.686	11.614
Imposto de renda e contribuição social pagos		(39)	-	(3.861)	243
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(77)	(1.729)	61.224	143.629
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos de parcelas de aquisições de controladas		-	(367.404)	(27.021)	(391.425)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	15	(173)	(2.000)	-	(2.000)
Outros investimentos		-	-	1	126
Aquisição de imobilizado	13	-	-	(51.105)	(28.837)
Aquisição de intangível	14	-	-	(1.877)	(3.370)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(173)	(369.404)	(80.002)	(425.506)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	26	-	-	414.302	-
Redução capital	26	-	(28.058)	-	(28.058)
Captação debêntures	32.c)	-	400.000	-	400.000
Captação de empréstimos	32.c)	-	-	3.961	221.862
Pagamentos de empréstimos	32.c)	-	-	(189.281)	(208.198)
Juros pagos de financiamentos e debêntures	32.c)	-	-	(120.633)	(84.166)
Pagamento de arrendamento mercantil	20	-	-	(84.254)	(65.784)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos		-	371.942	24.095	235.656
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(250)	809	5.317	(46.221)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	809	-	43.562	89.783
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	559	809	48.879	43.562
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(250)	809	5.317	(46.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A SF 752 Participações Societárias S.A. (“SF 752” ou “Companhia”), ou quando em conjunto com suas investidas (“Grupo” ou “Consolidado”), com sede na cidade de São Paulo/SP, é controlada pelo Patria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Pátria Brazilian IV”) e o Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações (“Brazilian IV”), quando em conjunto (“Fundos”).

A Companhia tem por objeto social a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, na forma de *holding*.

As controladas da Companhia atuam no armazenamento e conservação, em ambiente climatizado e frigorificado, de produtos alimentícios in natura ou congelados, bem como a movimentação de carga, descarga, transporte, envasamento, fracionamento e empacotamento. O Grupo exerce importante papel no âmbito da logística frigorificada de alimentos perecíveis e sementes no Brasil, contando com 38 (trinta e oito) armazéns com temperatura controlada.

Em 01 de abril de 2024, os Fundos realizaram uma reorganização societária envolvendo sua controlada direta Via Verona Investimentos e Participações S.A. (“Via Verona”) e a Companhia. A transação de aquisição de controle entre partes relacionadas foi contabilizada, por escolha de política contábil da Administração, com base no laudo de avaliação de ativos e passivos ao valor justo.

Em 01 de abril de 2024, considerando que os Fundos, detém em conjunto desde 01 de janeiro de 2024, a totalidade das ações emitidas pela SF 752 e da Via Verona, os Fundos firmaram contrato de compra e venda das suas respectivas participações na Via Verona para a SF 752. A transação não modifica o controle direto e/ou indireto da investida Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Superfrio”), por isso, as partes acordaram em realizar a transação com os valores contábeis auditados de 31 de dezembro de 2023.

Em 08 de abril de 2024, a SF 752 concluiu a transação de aquisição da totalidade da participação detida pelos Fundos na Via Verona, detentora de 15,99% do capital da Superfrio, pelo montante de R\$ 367.404 determinado pelo valor justo na data base de 31 de dezembro de 2023, mediante pagamento integral à vista em moeda corrente.

A seguir o valor justo dos ativos e passivos da Via Verona na data base da transação:

	Participação adquirida – 100%
Caixa	697
Impostos a recuperar	162
Dividendos a receber	110
Investimento em controladas	95.952
Imobilizado	50.430
Intangíveis	60.628
Empréstimos e financiamentos	(4.000)
Partes relacionadas	(1.858)
Outras contas a pagar	(108)
Passivos contingentes	(7.173)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	<u>194.840</u>
Participação adquirida	100%
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>194.840</u>

Valor justo da contraprestação transferida	367.404
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>(194.840)</u>
Ágio residual	<u>172.564</u>

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis foram apurados por especialista independente com base nas demonstrações financeiras da adquirida na data base da transação.

1.1 Relação de entidades controladas pela Companhia

	Participação acionária %	
	31/12/2025	31/12/2024
Controlada direta:		
Via Verona Investimentos e Participações S.A.	100%	100%
Controladas indiretas:		
Superfrio Armazéns Gerais S.A.	85,01%	85,01%
Superfrio Embaladora Ltda.	100%	100%
Superfrio Multipack Ltda.	100%	100%
CEFRI – Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	100%	100%
BR Cold Cascavel Armazéns Gerais Ltda.	100%	100%
Logmaster Logística Integrada Ltda. (*) (**)	100%	100%
Logfrio Logística Ltda.	100%	100%
Superfrio Ribeirão das Neves Ltda.	100%	100%
Austral Logística Integrada Ltda. (**)	100%	100%
TAC Logística Ltda.	100%	100%

(*) Controlada indireta através da Logfrio Logística Ltda

(**) Coligadas cujas operações foram descontinuadas no exercício de 2024

a. Via Verona Investimentos e Participações S.A. (“Via Verona”)

A sociedade está sediada com sede em São Paulo, Capital, foi constituída em 24 de abril de 2014. A Via Verona tem por objetivo a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, na forma de *holding*.

b. Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Superfrio”)

A sociedade está sediada em Ribeirão Preto, São Paulo. A Superfrio possui como foco de atuação o armazenamento e a conservação, em ambiente climatizado e frigorificado, de produtos alimentícios in natura ou congelados, bem como a movimentação (carga, descarga, transporte, envasamento, fracionamento e empacotamento).

c. Superfrio Embaladora Ltda. (“Embaladora”)

A sociedade está sediada em Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, com uma filial na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo e tem por objeto o empacotamento, envasamento, fracionamento, manipulação, inspeção, formulação, embalagem (a vácuo, com papel alumínio e outros) e etiquetagem por conta própria e ou de terceiros.

d. Superfrio Multipack Ltda. - ME (“Multipack”)

A sociedade está sediada em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com uma filial na cidade de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral frigorificado ou climatizado.

e. Cefri - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda. (“Cefri”)

A sociedade está sediada em Mairinque, Estado de São Paulo, com uma filial na mesma localidade e tem como objeto a exploração de atividades de armazém geral e transportes.

f. BR Cold Cascavel Armazéns Gerais Ltda. (“BR Cold Cascavel”)

A sociedade está sediada em Cascavel, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral frigorificado ou climatizado.

g. Logmaster Logística Integrada Ltda. (“Logmaster”)

A sociedade está sediada na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, e tem como objeto a exploração de atividades de armazém geral e transportes.

h. Logfrio Logística Ltda. (“Logfrio”)

A sociedade está sediada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com filiais nas cidades de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Recife, estado de Pernambuco e Fortaleza, estado do Ceará, e tem como objetivo explorar atividades gerais de armazenagem e transporte.

i. Austral Logística Ltda. (“Austral”)

A sociedade está sediada na cidade de Simões Filho, estado da Bahia, e tem como objetivo a exploração de atividades de armazenagem e ao transporte de mercadorias. Suas operações de distribuição estão concentradas na região metropolitana de Salvador, capital do estado da Bahia. Empresa controlada da Logfrio Logística Ltda.

j. TAC Logística Ltda. (“TAC”)

A empresa está sediada na cidade de Brasília, estado do Distrito Federal, e tem como atividade principal a exploração das atividades de armazenagem e transporte de mercadorias. As operações de distribuição da empresa estão concentradas na Logfrio Logística Ltda.

k. Superfrio Ribeirão das Neves Ltda. (“Ribeirão das Neves”)

A empresa está sediada na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, e tem como principal atividade a compra e venda de imóveis.

2 Reestruturação societária em 2024

a. BR Cold Armazéns Gerais Ltda. (“BR Cold”)

Em 28 de junho de 2024, por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada na mesma data, foi deliberada a aprovação dos atos relacionados à incorporação da BR Cold Armazéns pela Superfrio.

Em 27 de agosto de 2024, foi formalizado que o objetivo da incorporação é a consolidação e integração das operações e participações em uma única entidade jurídica, caracterizando-se como medida de racionalização das atividades da empresa. A reestruturação contempla a simplificação da estrutura societária, permitindo benefícios às entidades envolvidas de ordem administrativa, financeiras e econômica, com um melhor aproveitamento de seus recursos.

A incorporação foi realizada com base no valor do acervo líquido da incorporada, apurado por laudo pericial e fundamentado no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2024, conforme os valores contábeis existentes nos livros da incorporada, naquela mesma data, demonstrados abaixo:

	BR Cold
Ativo	
Ativo Circulante	
Caixa e equivalente de Caixa	107
Outros ativos	1.163
Total ativo Circulante	1.270
Ativo Não Circulante	
Imobilizado	34.684
Intangível	215
Outros ativos	8.062
Total ativo não circulante	42.961
Total Ativo	44.231
Passivo	
Passivo Circulante	
Fornecedores e outras contas a pagar	824
Obrigações fiscais	660
Obrigações trabalhistas	629
Total passivo circulante	2.113
Passivo Não Circulante	
Provisões de natureza trabalhista	234
Obrigações fiscais	527
Total passivo não circulante	761
Total Passivo	2.874
Ativo e passivo líquido identificável	41.357

b. Poncho Verde Armazéns Gerais Ltda. (“Poncho”)

Em 28 de junho de 2024, por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada na mesma data, foi deliberada a aprovação dos atos relacionados à incorporação da Poncho Verde pela Superfrio.

Em 30 de setembro de 2024, foi formalizado que o objetivo da incorporação é a consolidação e integração das operações e participações em uma única entidade jurídica, caracterizando-se como medida de racionalização das atividades da companhia. A reestruturação contempla a simplificação da estrutura societária, permitindo benefícios às entidades envolvidas de ordem administrativa, financeiras e econômica, com um melhor aproveitamento de seus recursos.

A incorporação foi realizada pelo valor do acervo líquido da incorporada, apurado por laudo pericial e fundamentado no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2024. Os valores contábeis foram considerados conforme os registros existentes nos livros da incorporada na mesma data, conforme demonstrado abaixo:

	Poncho
Ativo	
Ativo Circulante	
Caixa e equivalente de Caixa	28
Outros ativos	749
Total ativo Circulante	777
Ativo Não Circulante	
Imobilizado	964
Intangível	23
Outros ativos	931
Total ativo não circulante	1.918
Total Ativo	2.695
Passivo	
Passivo Circulante	
Fornecedores e outras contas a pagar	2.405
Obrigações fiscais	394
Obrigações trabalhistas	703
Total passivo circulante	3.502
Passivo Não Circulante	
Provisões de natureza trabalhista	55
Obrigações fiscais	907
Total passivo não circulante	962
Total Passivo	4.464
Ativo e passivo líquido identificável	(1.769)

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às regras do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, constituindo-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3.2 Continuidade operacional

a. SF 752 - 1ª Emissão de Debentures da SF 752 - Inadimplência

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 618.810 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 458.774) e no Consolidado R\$ 1.004.035 (31 de dezembro de 2024 -R\$ 507.905) individual e consolidado respectivamente. O prejuízo individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 624.338 e R\$ 675.047 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 184.306 e R\$ 207.343), respectivamente, indicando um desequilíbrio econômico e financeiro das suas operações.

O saldo inadimplente refere-se, as debentures da 1ª Emissão de Debentures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, sendo emitidas 412.371 mil debentures conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real), perfazendo o valor total de R\$ 412.371, , com prazo de vencimento de 12 meses contados a partir da data de integralização em 8 de abril de 2024. Em janeiro de 2025, a Companhia renegociou junto aos debenturistas da 1ª Emissão o prazo de vencimento das debentures para um período adicional de 12 meses, contados da data de vencimento original. Em 09 de abril de 2026 ocorreu o vencimento destas debentures, as quais ainda não foram liquidadas financeiramente até a data de emissão das demonstrações financeiras.

A Administração mantém negociações com os detentores das debentures com o objetivo de sanear a situação de inadimplência, cujo montante atualizado é de R\$ 619.407 mil. As negociações em andamento envolvem a prorrogação do prazo de vencimento por mais 12 (doze) meses, a exemplo do que já ocorreu em 2025, ou ainda a prorrogação por prazo de pagamento a ser acordado com os debenturistas, sendo que tais negociações podem acarretar revisão da taxa atual dos encargos financeiros incidentes sobre estas debentures.

Cabe destacar que a Companhia tem por objeto social a participação no capital de quaisquer outras sociedades, e desta forma, é legítima titular e possuidora de ações representativas da totalidade do capital social totalmente diluído da Via Verona, a qual por sua vez é a legítima titular e possuidora das ações representativas de 85,01% do capital social totalmente diluído da Superfrio, sendo que tais ações constituem garantia de natureza fiduciária da 1ª Emissão de Debentures conversíveis em ações, e a sua excussão ou venda são permitidos nos termos da escritura das debentures para quitação deste passivo.

Considerando que a SF 752 é uma *holding* de investimento, e que não possui atividades operacionais recorrentes, sua continuidade operacional não produz nenhum impacto operacional na Superfrio e suas controladas operacionais. Ademais, a Administração da SF 752, em consonância com os termos da 1ª Emissão de debentures conversíveis, avalia também a possibilidade de liquidação das debentures, a partir da execução pelo credor das garantias oferecidas, visto que tais Bens e Ativos constituem garantia fiduciária, uma vez que seu valor justo seria suficiente para honrar o valor devido pela Companhia para estas debentures.

A Administração confirma que, até esta data, não recebeu nenhuma notificação de execução das garantias oferecidas, bem como, confirma que as negociações continuam em andamento sem uma data pactuada entre as partes para sua conclusão.

Desta forma, com base nos argumentos expostos anteriormente e, baseado nas informações disponíveis até a presente data, a administração afirma que não pretende liquidar a companhia ou interromper suas operações, ou ainda que não tenha nenhuma alternativa realista além dessas.

Por fim, a Administração confirma que as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo preparadas no pressuposto de continuidade operacional da SF 752, e que todos os eventos ou condições que podem levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia estão devidamente divulgados nestas demonstrações.

Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se a Companhia não tiver condição de renegociar a dívida, então, podem existir impactos (i) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, (ii) perda de controle dos investimentos.

b. Situação financeira operacional – Superfrio e suas controladas

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante consolidado da Superfrio excedeu o ativo circulante em R\$ 384.676 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 43.769). O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 338.282 (31 de dezembro de 2024 - R\$138.787).

Embora tenha sido observado crescimento da receita operacional consolidada ao longo do exercício de 2025, o resultado foi impactado de forma relevante por custos operacionais extraordinários decorrentes de uma crise operacional concentrada na principal unidade de negócios do Grupo. Essa situação resultou em elevação significativa de perdas operacionais, custos de mão de obra e despesas de transporte.

Em resposta a esse cenário, a Administração implementou, ao longo do segundo semestre de 2025, um conjunto de medidas corretivas com foco na estabilização das operações e recomposição da eficiência operacional, incluindo a substituição da alta gestão executiva e das lideranças operacionais, o fortalecimento do ambiente de controles internos sob a coordenação da Controladoria e o reforço dos processos e da estrutura de *loss prevention*. Os indicadores operacionais observados no início de 2026 já refletem melhora gradual e consistente, em linha com as expectativas da Administração.

As perspectivas de receita para 2026 permanecem favoráveis, considerando a retomada gradual do setor de proteínas, bem como a entrada em operação de um novo armazém localizado na região da Grande São Paulo, dedicado ao atendimento de um cliente estratégico, com potencial de contribuição relevante para a geração de receita e diluição de custos fixos.

c. Estrutura de capital, liquidez e iniciativas financeiras – Superfrio e controladas

A alavancagem financeira da Superfrio e controladas decorre, substancialmente, de financiamentos estruturados contratados em exercícios anteriores para suportar investimentos em expansão da capacidade operacional e através de combinações de negócios, os quais demandam um período de maturação compatível com a natureza dos projetos.

Com o objetivo de mitigar pressões de liquidez de curto prazo, a controlada Superfrio recebeu, ao longo de 2025, adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 414.302. Adicionalmente, no início de 2026, a Administração concluiu o alongamento de parcelas relevantes do endividamento por meio de uma operação de *sale leaseback* no montante aproximado de R\$ 190.000. Outras iniciativas de reestruturação financeira encontram-se em andamento, com expectativa de conclusão ainda no exercício de 2026.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos

significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 3.2** – pressuposto de continuidade operacional premissas utilizadas para fins do fluxo de caixa e se existem incertezas relevantes que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando.
- **Nota explicativa nº 17** – A classificação e mensuração dos ativos e passivos relacionados à operação descontinuada envolveram estimativas e julgamentos significativos por parte da administração.
- **Nota explicativa nº 20** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas nº 13 e nº 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Notas explicativas nº 23** - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 25** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.**

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo se indicado em contrário.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e quando o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos e passivos mantidos para venda

Em conformidade com o disposto no CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia e suas controladas classifica como mantidos para venda os ativos não circulantes ou grupos de ativos e passivos (grupos de alienação) quando o seu valor contábil será recuperado principalmente por meio de transação de venda, em vez de pelo uso contínuo nas operações. Para que tal classificação seja aplicável, a Administração avalia se os seguintes critérios são atendidos: os ativos ou grupos de alienação estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas a termos usuais e habituais para esse tipo de transação; a venda é considerada altamente provável, tendo sido iniciado um plano formal para alienação do ativo ou grupo de ativos e passivos; existe compromisso da Administração com a realização da transação; foi iniciado um programa ativo para localizar comprador e concluir o plano de venda; e espera-se que a conclusão da venda ocorra dentro do prazo de até 12 meses a partir da data da classificação.

Quando um grupo de alienação é classificado como mantido para venda, os ativos e passivos diretamente associados à transação são apresentados separadamente no balanço patrimonial, respectivamente como “ativos mantidos para venda” e “passivos associados a ativos mantidos para venda”, no ativo e passivo circulantes.

No momento da classificação como mantido para venda, os ativos são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Caso o valor justo líquido das despesas de venda seja inferior ao valor contábil, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

Após a classificação nessa categoria: os ativos não circulantes deixam de ser depreciados ou amortizados; eventuais reversões de perdas são reconhecidas no resultado, limitadas ao montante da perda previamente registrada; e os passivos associados permanecem mensurados de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Caso os critérios para classificação como mantidos para venda deixem de ser atendidos, os ativos e passivos são reclassificados para as respectivas rubricas originais no balanço patrimonial e mensurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis antes da classificação.

c. Receita operacional

Prestação de serviços

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As receitas de serviços são compostas por receitas de armazenagem, transporte, aluguéis, dentre outros. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/serviço Natureza

**Serviço de
Armazenagem**

O Grupo fornece serviço de armazenamento de produtos em temperatura controlada, bem como controle e gestão do estoque de seus clientes, provendo também o serviço de movimentação e *picking* dos produtos sobre seu poder.

Política de reconhecimento da receita

A receita de serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecido é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é

Tipo de produto/serviço Natureza		Política de reconhecimento da receita
		determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende os serviços em transações separadas.
Serviço de Transporte	O Grupo efetua o serviço de transporte de mercadoria de seus clientes até o destino final (<i>last mile</i>).	A receita é reconhecida na entrega da mercadoria, a partir dos Conhecimentos de Transportes (CTEs) emitidos no período, que por sua vez, aplicam a tarifação conforme acordo comercial.
Serviço de aluguel	O Grupo aluga espaço apropriado para armazenagem de produtos em ambientes em temperatura	A receita é mensurada a partir do acordo comercial de cada cliente, pelo mês de competência da locação, e usualmente faturado ao final do mês de competência da locação.
Serviço de industrialização	O Grupo fornece o serviço de <i>packing</i> para seus clientes, fazendo a reembalagem ou agrupamento de produtos, geralmente para <i>kits</i> promocionais.	A receita é mensurada a partir da produção do volume (informado pelo contratante com antecedência de 30 dias) embalado no mês de competência e aplicado tarifação conforme acordo comercial.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Tarifas bancárias;
- Descontos concedidos e obtidos; e
- Despesa de juros com empréstimos e financiamentos, debêntures e certificados de recebíveis.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e das suas controladas Superfrio, Cefri, Logmaster, Logfrio, Austral e TAC, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Para as controladas Superfrio Embaladora, Superfrio Multipack e BR Cold Cascavel, as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8%, 12% e 32%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240 anual) e a contribuição social à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal

pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas em anos, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Construções e benfeitorias	50 e 75 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	8 a 14 anos
Veículos	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis e ágio

i. Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos pelo método linear.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
Carteira de clientes	6 - 14 anos
Contrato de não competição	5 e 6 anos
Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
Marcas e patentes	5 a 9 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros que não se enquadram nessa classificação, mas que são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é exclusivamente o recebimento de fluxos de caixa contratuais e que atendem ao critério de SPPI, são classificados e mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da entidade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Grupo reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, em conformidade com os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

As perdas de crédito esperadas representam estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência e são mensuradas com base no valor presente das insuficiências de caixa estimadas, definidas como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e os fluxos de caixa que se espera efetivamente receber ao longo da vida do instrumento financeiro.

Para fins de mensuração da provisão, o Grupo utiliza uma matriz de provisão, que considera a segmentação dos títulos por faixas de vencimento, combinando informações históricas de inadimplência observadas em períodos anteriores com ajustes para fatores macroeconômicos prospectivos que possam impactar a capacidade de pagamento dos clientes. A metodologia considera, ainda, o histórico de recuperação de créditos e o comportamento de recebimentos de acordo com a idade dos títulos, com base em informações observadas nos últimos três anos.

Em 2025, o Grupo revisou a metodologia aplicada à avaliação dos títulos vencidos em relação ao exercício anterior, com o objetivo de refletir de forma mais adequada o risco de crédito associado à carteira de contas a receber, de acordo com comportamento histórico dos clientes referente a expectativa de perda dos créditos. Dessa forma, para os títulos vencidos entre 180 e 365 dias foi constituída Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) correspondente a 50% do respectivo saldo em aberto, enquanto para os títulos vencidos há mais de 365 dias foi constituída PCLD equivalente a 100% do saldo em aberto, para as demais faixas não houve alteração.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, essa alteração representa uma mudança prospectiva das Demonstrações Financeiras.

A Administração entende que a metodologia adotada reflete adequadamente o risco de não recuperação dos créditos registrados na data-base das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, O Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação

i. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

ii. Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

l. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões para contingências passivas classificadas como prováveis são mensuradas com base nas melhores estimativas elaboradas pelos assessores jurídicos, considerando o valor esperado de liquidação e o estágio processual das ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo revisou sua política de avaliação de risco, adotando uma abordagem mais cautelosa. Em períodos anteriores, os processos eram classificados como de perda provável apenas após decisão em segunda instância. A partir de 2025, passaram a ser classificados como prováveis os processos já julgados em primeira instância, ou quando presentes elementos que suportem tal avaliação, esta alteração na política aplicada reflete de forma mais assertiva a expectativa de saída de recursos.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, essa alteração representa uma mudança prospectiva das Demonstrações Financeiras.

A Administração entende que a metodologia adotada reflete adequadamente o risco de desembolso financeiro na data-base das demonstrações financeiras. O acompanhamento das contingências é realizado de forma periódica, sendo que o departamento jurídico solicita mensalmente a atualização dos processos aos escritórios externos. As informações recebidas são analisadas, consolidadas e encaminhadas à área contábil para fins de registro e divulgação.

Adicionalmente, o Grupo adota a prática de realização de depósitos judiciais relacionados às contingências em discussão, com os seguintes objetivos:

- garantir o juízo, assegurando recursos para eventual liquidação de obrigação;
- suspender a exigibilidade dos débitos, evitando medidas de cobrança; e
- mitigar riscos de constrições judiciais sobre seus ativos, uma vez que tais depósitos podem substituir garantias como penhora.

m. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O Grupo adota diretrizes formais para a gestão de seu endividamento e riscos financeiros, alinhadas ao planejamento estratégico, ao perfil de liquidez e aos limites de alavancagem estabelecidos.

A contratação de dívidas está sujeita a processo de governança, com aprovação da Diretoria Financeira e Conselho de Administração.

As operações podem contemplar *covenants* financeiros e não financeiros, visando assegurar o cumprimento das obrigações e a manutenção da saúde financeira consolidada.

As captações são realizadas preferencialmente com instituições financeiras de primeira linha, mediante análise de condições como prazo, custo, garantias e demais obrigações contratuais. O Grupo não contrata dívidas em moeda estrangeira e não utiliza instrumentos derivativos sem aprovação prévia do Conselho de Administração.

A estrutura de endividamento busca equilíbrio entre prazos de ativos e passivos, evitando concentrações relevantes de vencimentos, sendo todas as operações devidamente registradas e monitoradas por sistemas de gestão financeira.

As dívidas são reconhecidas e mensuradas de acordo com as práticas contábeis vigentes, com divulgação em notas explicativas, conforme aplicável. Adicionalmente, o Grupo mantém processo contínuo de identificação, mensuração e monitoramento de riscos financeiros, incluindo variações de taxas de juros e demais fatores de mercado. São utilizados instrumentos de análise, como testes de sensibilidade e métricas de risco, com definição de limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O cumprimento de *covenants* e demais obrigações contratuais é monitorado de forma contínua, sendo eventuais desvios reportados à administração, assegurando transparência, conformidade e adequada gestão dos riscos financeiros.

n. Avarias e estoque de terceiros em nosso poder

O Grupo estabeleceu diretrizes para o reconhecimento, mensuração e tratamento de perdas e avarias relacionadas a estoques de terceiros sob sua custódia, no contexto de suas operações de armazenagem frigorificada.

Em 2025, foi implementada a Central de Atendimento da Controladoria (CAC), responsável pela centralização, registro, análise, tratamento e monitoramento das demandas financeiras de clientes, incluindo aquelas relacionadas a perdas e avarias de estoques, divergências de inventário e demais reclamações financeiras.

As solicitações devem ser formalizadas exclusivamente por meio de canal oficial definido pelo Grupo, sendo vedada a utilização de canais alternativos, de forma a assegurar a rastreabilidade, integridade e tempestividade das informações. O processo contempla a definição clara de responsabilidades, bem como prazos estabelecidos para análise, resposta e conclusão das demandas.

Quando identificada uma avaria ou perda de estoque de terceiros, o Grupo realiza a avaliação técnica e operacional do evento, em conjunto com as áreas responsáveis, para determinação da responsabilidade e estimativa do valor envolvido. Uma vez caracterizada a obrigação presente, é reconhecida provisão para perdas com base na melhor estimativa da Administração, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A liquidação das obrigações ocorre mediante emissão de nota de débito ao cliente ou, quando aplicável, por meio de compensação com valores a receber existentes (encontro de contas), observados os termos contratuais vigentes.

A Administração entende que a centralização desse processo por meio da CAC fortalece o ambiente de controles internos, promove a padronização dos procedimentos operacionais e assegura maior confiabilidade e consistência das informações financeiras, suportando adequadamente o processo de tomada de decisão e a elaboração das demonstrações financeiras.

o. Operações de Sale and Leaseback

Nas operações estruturadas de venda de ativos com subsequente arrendamento e direito de recompra (“*sale and leaseback*”), o Grupo mantém o controle do ativo, e realiza mensalmente o pagamento do arrendamento e o direito de recompra.

O montante referente ao arrendamento é reconhecido conforme o CPC 06 (R2) Arrendamento, apresentado na rubrica de arrendamentos a pagar e direito de uso, trazido a valor presente. O saldo referente ao direito de

recompra é reconhecido como outras contas a pagar, e o pagamento mensal do direito de recompra é reconhecido no resultado da Companhia de acordo com a competência.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

q. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma nova norma contábil será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou de forma antecipada a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 51).

O CPC 51 substituirá o CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia e suas controladas ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão e sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40)

c. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas informações contábeis atuais.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da Reforma Tributária e está avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e sistêmicos, que serão oportunamente refletidos nas demonstrações financeiras quando houver base normativa suficiente para mensuração confiável.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	-	30	16.010	12.712
Aplicações financeiras	559	779	32.869	30.850
	559	809	48.879	43.562

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025, referem-se substancialmente a investimentos em Compromissos, CDBs e Fundos de Renda Fixa, com uma rentabilidade média de 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com liquidez diária, para o exercício de 2025 (100% para o exercício de 2024).

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber de clientes	109.134	96.933
Perdas por redução ao valor recuperável	(21.322)	(6.560)
	87.812	90.373

a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição do Grupo a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes de terceiros, são divulgadas a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber - à vencer	55.123	73.253
Contas a receber - vencidos:		
De 1 a 30 dias	14.400	5.907
De 31 a 60 dias	6.157	1.827
De 61 a 90 dias	2.553	1.858
De 91 a 120 dias	1.195	1.952
De 121 a 180 dias	3.953	3.755
De 181 a 360 dias	5.711	4.676
Acima de 360 dias	20.042	3.705
	109.134	96.933

A movimentação da provisão para perdas ao valor recuperável no consolidado é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(6.560)	(5.807)
Adições líquidas	(14.762)	(753)
Saldo no fim do exercício	(21.322)	(6.560)

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para perdas esperadas de crédito sobre contas a receber de clientes em conformidade com o CPC 48. A mensuração das perdas é realizada com base na análise do histórico de inadimplência, experiência de perdas incorridas e informações prospectivas disponíveis.

Para os saldos a vencer e vencidos até 365 dias, o Grupo aplica metodologia baseada em histórico de perdas. Para refletir de forma mais adequada as estimativas referentes aos saldos vencidos de clientes, a partir de dezembro de 2025, para títulos vencidos entre 180 e 365 dias, é realizada análise individualizada, sendo constituída provisão estimada de 50% sobre o saldo em aberto. E para os títulos vencidos há mais de 365 dias, é reconhecida provisão para perda no montante de 100% do saldo em aberto, considerando a baixa expectativa de recuperação desses créditos. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, essa alteração representa uma mudança prospectiva das Demonstrações Financeiras.

11 Outros recebíveis

	Consolidado	
	2025	2024
Adiantamento funcionários (i)	2.104	1.141
Adiantamento fornecedores	17.667	5.444
Adiantamento de dividendos	478	478
Reembolso antiga gestão (ii)	5.476	-
Depósitos em contencioso	-	4.687
Outros ativos	2.553	3.989
	28.278	15.739
Ativo circulante	17.680	12.819
Ativo não circulante	10.598	2.920

i) Refere-se a adiantamentos de viagens e convênios médicos.

ii) Saldo em conta corrente com os antigos acionistas das empresas adquiridas, decorrente de obrigações previstas nos contratos de compra e venda, relacionadas a pagamentos cuja responsabilidade é atribuída à antiga gestão. O referido montante será compensado com o saldo do preço de aquisição ainda a pagar aos vendedores, quando da liquidação das parcelas remanescentes previstas contratualmente.

12 Investimentos – Controladora

	Investimento Via Verona / Prov. p/ passivo a descoberto	Mais valias de ativos e Ágio	Total Investimento Via Verona
Percentual de participação - %			100%
Aquisição de participação na Via Verona	367.404	-	367.404
Aumento de participação com aporte de investimento Superfrio	306.569	-	306.569
Ágio na aquisição Via Verona	(172.564)	172.564	-
Mais valia de ativos adquiridos	(111.058)	111.058	-
Componetização de passivos adquiridos, conforme laudo	7.173	-	7.173
Resultado de equivalência patrimonial	(116.004)	-	(116.004)
Amortização de mais valias	-	(4.992)	(4.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	281.520	278.630	560.150
Resultado de equivalência patrimonial	(288.942)	-	(288.942)
Aporte de capital social	2.200	-	2.200
Provisão para <i>impairment</i> do ágio	-	(172.566)	(172.566)
Amortização de mais valias	-	(4.993)	(4.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(5.222)	101.071	95.849
Investimento em controladas	101.071		
Provisão para perdas em investimentos – passivo a descoberto	(5.222)		

Em 01 de abril de 2024, conforme divulgado na nota explicativa 1, a Companhia concluiu a transação de aquisição da totalidade da participação detida pelos Fundos na Via Verona, detentora de 15,99% do capital da Superfrio, pelo montante de R\$ 367.404 determinado por laudo de avaliação ao valor justo na data base de 31 de dezembro de 2023, mediante pagamento integral à vista em moeda corrente.

Em 01 de abril de 2024, através de deliberação em AGE a Companhia aumentou o capital social da sua controlada Via Verona mediante aporte do seu investimento na Superfrio no montante de R\$ 306.569.

a. Informações da controlada - Via Verona

	2025	2024
Quantidade de ações possuídas – unid.	497.955.718	497.955.718
Capital social	422.720	420.520
Ativo circulante	2.067	859
Ativo não circulante	24.422	96.062
Ativo total	<u>26.489</u>	<u>96.921</u>
Passivo circulante	31.711	5.966
Passivo não circulante	-	-
Passivo total	<u>31.711</u>	<u>5.966</u>
Patrimônio líquido	(5.222)	90.955
Resultado do exercício	(288.960)	(116.004)
Percentual de participação sobre ações emitidas	100%	100%

13 Imobilizado – Consolidado

Custo de aquisição	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Obras em andamento (a)	Total
Saldo líquidos em 31 de dezembro de 2024	97.129	609.584	115.718	3.250	45.309	3.361	41.215	20.616	936.182
Adições	-	7.087	11.451	280	14.312	1.036	15.031	15.085	64.282
Baixas	-	(1.952)	(2.191)	-	-	(1.376)	(137)	-	(5.656)
Transferências	-	18.044	11.149	215	1.794	1.052	1.993	(34.245)	2
Transferências para ativos mantidos para venda	4.378	49.970	16.056	586	-	887	23.583	2.246	97.706
Depreciação	0	(21.040)	(15.003)	517	(6.943)	(982)	(14.356)	-	(57.807)
Saldo líquidos em 31 de dezembro de 2025	101.507	661.693	137.180	4.848	54.572	3.978	67.329	3.702	1.034.709
Custo de aquisição	Terrenos	Edifícios e Construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Obras em andamento (a)	Total
Saldo líquidos em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de aquisição	77.523	652.807	129.493	3.913	44.832	4.125	64.797	732	978.222
Adições	18	1.343	7.044	118	144	435	233	22.317	31.652
Baixas	-	-	(1.907)	-	(1.504)	(95)	(23.583)	(337)	(27.426)
Transferências	-	(1.118)	1.547	(71)	(677)	544	(232)	150	143
Transferências para operações descontinuadas	(4.523)	(52.036)	(17.417)	(597)	-	(959)	-	(2.246)	(77.778)
Reclassificação de consolidação (Alocação mais valia ao imobilizado)	24.111	19.957	-	-	6.362	-	-	-	50.430
Depreciação	-	(11.369)	(3.042)	(113)	(3.848)	(689)	-	-	(19.061)
Saldo líquidos em 31 de dezembro de 2024	97.129	609.584	115.718	3.250	45.309	3.361	41.215	20.616	936.182

a. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Superfrio e suas controladas realizaram avaliação da recuperabilidade de seus ativos imobilizados, em conformidade com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Com base nas análises realizadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, conforme demonstrado na Nota 15.

b. Garantias

Alguns bens do ativo imobilizado, foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos, debêntures e certificados de recebíveis. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por terrenos e edificações.

c. Sale and Leaseback

Em 2025, a Superfrio realizou uma operação de “Sale Leaseback” do galpão de São José dos Pinhais-PR, junto a Riza Gestora de Recursos, no valor de R\$ 83.000, o prazo da operação é de 5 anos, a Superfrio possui o direito de operar os ativos. A Superfrio manteve o ativo registrado na rubrica de imobilizado e o reflexo do arrendamento estão registrados na rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento conforme Nota 20, adicionalmente, registrou o montante a pagar para financiador referente o direito de recompra do ativo na rubrica de outras contas a pagar, conforme Nota 25.

14 Intangível - Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2025						Valor líquido em 31 dezembro 2025
	Valor líquido em 31 dezembro 2024	Adições	Amortização acumulada	Transferência de Operações descontinuadas	Transferencias	Provisão de impairment de ativo intangível- Ágio Via Verona	
Ágio e mais valia sobre investimento:							
Logmaster	-	-	-	7.193	-	-	7.193
BR Cold Cascavel	2.235	-	-	-	(20)	-	2.215
CEFRI	3.602	-	-	-	-	-	3.602
Logfrio	84.421	-	-	-	-	-	84.421
Austral (ii)	-	-	-	13.950	-	-	13.950
TAC	15.325	-	-	-	-	-	15.325
Poncho (iii)	7.702	-	-	-	-	-	7.702
Via Verona	193.260	-	(3.905)	-	-	(172.566)	16.789
Software e desenvolvimento interno (i)	16.080	417	(4.039)	-	3.808	-	16.266
Projetos em andamento	2.327	1.460	--	372	(3.786)	-	373
Carteira de clientes	65.362	-	(8.708)	3.044	-	-	59.698
Marcas e patentes	34.919	-	(3.281)	-	(22)	-	31.616
Contrato de não competição	47	-	(525)	769	20	-	311
Total	425.280	1.877	(20.458)	25.328	-	(172.566)	259.462

Em 31 de dezembro de 2024					
	Custo	Adições de mais valia	Amortização acumulada	Transferência de Operações descontinuadas	Valor líquido em 31 dezembro 2024
Ágio sobre investimento:					
Logmaster	7.193	-	-	(7.193)	-
BR Cold Cascavel	2.316	-	(81)	-	2.235
CEFRI	3.602	-	-	-	3.602
Logfrio	84.421	-	-	-	84.421
Austral (ii)	13.950	-	-	(13.950)	-
TAC	15.325	-	-	-	15.325
Poncho (iii)	7.702	-	-	-	7.702
Via Verona	-	193.260	-	-	193.260
Software e desenvolvimento interno (i)	34.679	-	(18.237)	(362)	16.080
Projetos em andamento	2.327	-	-	-	2.327
Carteira de clientes	59.560	30.507	(21.661)	(3.044)	65.362
Marcas e patentes	17.826	30.121	(13.028)	-	34.919
Contrato de não competição	5.956	-	(5.140)	(769)	47
Total	254.857	253.888	(58.147)	(25.318)	425.280

(i) Esses projetos referem-se substancialmente a desenvolvimento do sistema WMS (*Warehouse Management System*) da Companhia, utilizados na operação para controle e gerenciamento dos estoques de terceiros, amortizados a taxa de 20% a.a.

(ii) Ágio contabilizado na controlada Logfrio.

(iii) Refere-se ao custo de incorporação da controlada Poncho.

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de “Despesas gerais e administrativas” e “Custos de serviços prestados”, no resultado do exercício.

Teste de impairment – Superfrio e suas controladas

Os ágios foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

Taxas anuais - %	Superfrio	Logfrio	TAC
Fluxo de caixa descontado (1)	14,156%	14,156%	14,156%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 4 primeiros anos	39,53%	21,21%	42,26%
Perpetuidade	3,5%	3,5%	3,5%

(1) Taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital).

A metodologia de fluxo de caixa define a rentabilidade da Superfrio, como sendo o valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido antes impostos, com acréscimos dos itens que não afetam o caixa (amortizações e depreciações) e dedução dos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada etc.).

O período projetivo do fluxo de caixa líquido é determinado considerando-se o tempo que a organização levará para apresentar uma operação estável, ou seja, sem variações julgadas relevantes. O fluxo é trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital.

Premissas de projeção do fluxo de caixa

O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado pelo método de fluxo de caixa descontado (DCF) para um período de projeção explícito de cinco anos (2026–2030), acrescido de um valor terminal na perpetuidade. Os fluxos de caixa projetados partem do plano de negócios aprovado pela Administração, que contempla a capacidade instalada de cada unidade operacional, níveis históricos de ocupação comercial e a receita por posição-paleta como principal métrica operacional.

Premissas macroeconômicas: As projeções utilizam como base as expectativas de mercado para o IPCA partindo de 4,2% em 2026 e convergindo para 3,5% ao ano a partir de 2028, este também adotado como crescimento na perpetuidade.

Taxa de desconto: Foi adotada uma taxa de desconto (WACC) nominal em reais de 14,2% ao ano, obtida pela ponderação entre o custo do capital próprio (Ke) de 15,8% e o custo da dívida após benefício fiscal (Kd líquido) de 9,4%, com base em uma estrutura de capital composta por 74,2% de capital próprio e 25,8% de capital de terceiros. O custo do capital próprio incorpora a taxa livre de risco de 3,8% (T-bond americano), um beta realavancado de 0,95, prêmio de risco de mercado de 6,3%, prêmio por tamanho de 1,7% e risco-Brasil de 2,6%, convertido para reais pelo diferencial de inflação projetada entre Brasil e Estados Unidos.

Premissas gerais: As receitas foram projetadas com base na capacidade instalada de cada unidade, nos níveis de ocupação comercial históricos e na receita por posição-paleta ocupada reajustada anualmente pela inflação. A projeção contempla a entrada em operação de nova capacidade em 2026 (unidade RMSPIV), com aumento gradual de ocupação. Os custos operacionais foram projetados individualmente por unidade, considerando pessoal, energia elétrica, manutenção e serviços contratados. Os investimentos de manutenção baseiam-se na média histórica de R\$ 6,1 por metro cúbico ao ano (2022-2025). A variação de capital de giro foi projetada com base nos prazos médios observados historicamente. A alíquota combinada de IR e CSLL foi projetada em 34%, e foi considerado a utilização de prejuízo fiscal acumulado no período de projeção explícito.

Ocupação comercial projetada: A premissa de crescimento da ocupação nas projeções engloba a utilização da capacidade existente para capturar o crescimento do mercado de logística refrigerada. O plano de negócios não considera novas expansões de capacidade (exceto a unidade RMSPIV, já em construção), de modo que o crescimento de demanda do setor é absorvido pela capacidade já instalada, elevando gradualmente a taxa de ocupação das unidades. Enquanto múltiplas fontes independentes estimam um CAGR de mercado entre 9% e 13% para o período, o plano de negócios assume crescimento de paletes ocupados de apenas 4,3% ao ano.

Ticket médio projetado: A receita foi projetada por unidade operacional com base na métrica de receita bruta por posição-paleta ocupada (R\$/PP), reajustada anualmente pela inflação (IPCA). O aumento real do ticket médio a partir de 2026 é suportado por três pilares: (i) a reoneração da folha de pagamentos (CPRB), custo legal que vem sendo repassado aos clientes conforme cronograma federal de transição; (ii) dissídios coletivos do setor logístico que historicamente excedem a inflação (iii) a gestão ativa de repricing pela nova gestão, que identificou defasagens significativas em alguns contratos existentes. Investimentos projetados (Capex): O Capex projetado é exclusivamente de manutenção e conservação dos ativos existentes, não havendo investimentos de expansão previstos no horizonte de projeção para fins do teste de *impairment*. Em base consolidada, a média histórica de Capex de manutenção para o período 2022–2025 foi de R\$ 6,1 por metro cúbico ao ano, servindo como referência para a calibração dos valores projetados. Os valores projetados são corrigidos anualmente pela inflação (IPCA), partindo de uma base real consistente com o histórico recente.

Contexto setorial: As projeções são sustentadas por estudos de mercado independentes que indicam crescimento robusto para o setor de cadeia fria no Brasil, com CAGR médio projetado de aproximadamente 10% para o período, segundo relatórios da IMARC Group, Mordor Intelligence, Grand View Research e Verified Market Research.

Resultados

No nível da Companhia e suas controladas, considerando as projeções realizadas e a estrutura de capital de giro, foi apurado um valor contábil dos ativos da Via Verona excedente ao seu valor de recuperável sendo constituída uma provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$ 172.566.

15 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração - Consolidado

O pessoal-chave da Administração da Controlada Superfrio é composto pelos membros da Diretoria, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades operacionais e estratégicas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração total do pessoal-chave da Administração montou a R\$ 8.276 (R\$ 10.596 em 2024), integralmente classificada como benefício de curto prazo, conforme definido nas práticas contábeis aplicáveis.

16 Fornecedores - Consolidado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	33.066	23.971
Despesas provisionadas	<u>12.164</u>	<u>20.341</u>
	45.230	44.312

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 30.

Despesas provisionadas referem-se às notas fiscais não escrituradas no mês, em virtude do “corte” no recebimento fiscal, que são provisionadas contabilmente e revertidas quando da escrituração fiscal no mês subsequente.

17 Ativos e passivos mantidos para venda - Consolidado

Durante o exercício de 2024 o Grupo decidiu alienar as empresas Logmaster e Austral, havia uma negociação avançada junto a um terceiro para a venda dessas operações, com condições a serem atendidas para conclusão, considerando o avanço das negociações, a Controlada Superfrio registrou os ativos e passivos da operação como mantidos para venda no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024. E o resultado das operações das empresas Logmaster e Austral foram apresentadas na demonstração do resultado do exercício como operações descontinuadas.

Em fevereiro de 2025 foi realizado a 1ª parcela do adiantamento referente a venda as operações, porém durante o primeiro semestre de 2025 a operação foi desfeita e o adiantamento devolvido. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos foram reclassificados, pois os critérios para classificação como mantidos para venda deixaram de ser atendidos, sendo assim os ativos e passivos foram reclassificados para as respectivas rubricas originais no balanço patrimonial e mensurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis antes da classificação. Adicionalmente o resultado das operações da Logmaster e Austral permanecem apresentadas no resultado do exercício como operações descontinuada.

O resultado do exercício da Logmaster e Austral é apresentado a seguir:

	2025			2024		
	Logmaster	Austral	Total	Logmaster	Austral	Total
Receita líquida de serviços	-	7.091	7.091	-	20.044	20.044
Custo dos serviços prestados	(778)	(16.987)	(17.765)	(3.380)	(39.360)	(42.739)
Lucro bruto	(778)	(9.896)	(10.674)	(3.380)	(19.316)	(22.695)
Desp. comerciais	-	-	-	-	-	-
Desp. Gerais e Administrativas	(5.309)	(2.068)	(7.377)	(17)	(247)	(264)
Outras Receitas Oper., líquidas	-	296	296	2	2.305	2.307
Perdas c/ ativos financeiros	(10.397)	-	(10.397)	-	-	-
EBITDA	(16.484)	(11.668)	(28.152)	(3.398)	(17.259)	(20.657)
Receitas financeiras	15	40	55	16	97	112
Despesas financeiras	(4.019)	(2.506)	(6.525)	(237)	(4.076)	(4.313)
Resultado financeiro, líquido	(4.004)	(2.467)	(6.470)	(221)	(3.979)	(4.200)
Lucro operacional antes do Imp. Renda e Contrib. Social	(20.488)	(14.134)	(34.622)	(3.619)	(21.239)	(24.858)
Imp. Renda e Contrib. Social – Corrente	-	-	-	-	-	-
Imp. Renda e Contrib. Social – Diferido	(4.361)	-	(4.361)	-	-	-
Resultado do exercício	(24.849)	(14.134)	(38.983)	(3.619)	(21.239)	(24.858)

As principais classes de ativos e passivos da Logmaster e Austral, em 31 de dezembro de 2024:

	Logmaster	Austral	Total
Caixa e equivalentes de caixa	454	578	1.032
Contas a receber de clientes	-	9.734	9.734
Impostos a recuperar	354	1.207	1.561
Despesas antecipadas	1.590	2.727	4.317
Outros recebíveis	3.281	4.495	7.776
Empréstimos	100	-	100
Ativo fiscal diferido	4.362	-	4.362
Imobilizado	31.663	8.808	40.471
Intangível	195	167	362
Estoques	-	1.179	1.179
Ágio e mais valias do investimento	43.560	19.783	63.343
Ativo total - Consolidado	85.559	48.679	134.237
Fornecedores	1.694	5.953	7.647
Salários e encargos sociais	-	2.482	2.482
Impostos e taxas a recolher	28	191	219
Impostos parcelados	2.099	4.807	6.906
Outras contas a pagar	21.653	2.319	23.972
Provisão para demandas judiciais	-	29	29
Passivo total - Consolidado	25.474	15.781	41.255
Acervo líquido - Controladora	60.085	32.898	92.982

Recomposição acervo líquido	Logmaster	Austral
Saldo inicial patrimônio líquido (nota explicativa 13)	2.605	(30.250)
Mais valia imobilizado	35.828	2.559
Ágio	7.732	17.224
Outros ativos e passivos	13.920	43.365
Resultado acervo líquido	60.085	32.898

Os fluxos de caixas líquido incorridos pela Logmaster e Austral em 31 de dezembro de 2024 são:

	Logmaster	Austral	Total
Fluxo de caixa			
Atividades operacionais	23.470	19.393	42.863
Atividades de investimentos	(23.016)	7.538	(15.478)
Atividades de financiamentos	-	(26.353)	(26.353)
Caixa líquido gerado	454	578	1.032

18 Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Modalidade	Taxas de juros	Vencimento	2025	2024
Célula de crédito bancário (a)	CDI + 4,66% a.a.	(a)	4.000	4.000
Capital de giro (b)	3,5% + CDI a 4,98% + CDI a.a.	Abr/28	160.616	268.955
Consórcio		Jan/28	2.248	3.919
			166.864	276.874
Circulante			133.796	90.800
Não circulante			33.068	186.074

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante consolidado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

Ano	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	160.765
2027	28.918	23.030
2028	3.521	2.279
2029 em diante	629	-
	33.068	186.074

(a) Cédula de Crédito Bancário – Via Verona

A célula de crédito bancário não possui vencimento estipulado em contrato, o Grupo tem um limite de crédito disponível de R\$ 4.000, que quando utilizado, há incidência de encargos financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$ 1.096 (2024 - R\$ 843) de juros sobre esta linha de crédito.

(b) Covenants financeiros

Na modalidade capital de giro possui *covenants* capital de giro junto ao Banco do Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem da Superfrio foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os credores da Superfrio a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro, com alteração nos Índices de alavancagem máxima: 14,0 (quatorze inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2026*; 6,0 (seis inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras do período encerrado em dezembro de 2026; 5,0 (cinco inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2027;

4,0 (quatro inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras dos períodos encerrado em dezembro de 2027; e

3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes com base nos balancetes intermediários ou nas demonstrações financeiras, conforme o caso, dos períodos encerrados em junho de 2028 em diante, até a Data de Vencimento
* Exclusivamente para os fins da apuração do Índice de Alavancagem Máxima para o período encerrado em junho de 2026, dever-se-á considerar na definição de EBITDA um ajuste extraordinário de não recorrentes limitado a R\$ 63.000 (sessenta e três milhões de reais) referente ao ajuste feito no período encerrado em dezembro de 2025.

19 Debêntures e certificados de recebíveis - Consolidado

Modalidade	Taxa média de juros	Vencimento	2025	2024
2º emissão de debêntures (i)	9,85% a.a. + IPCA	jun/26	21.467	21.629
4º emissão de debêntures (ii)	2,6% a.a. + CDI	set/29	-	36.829
5º emissão de debêntures (iii)	INPC + 7,02% a.a.	mai/31	71.116	72.176
7º emissão de debêntures (iv)	INPC + 7,05% a.a.	out/31	88.735	89.843
8º emissão de debêntures (v)	INPC + 7,00% a.a.	mar/27	10.413	10.476
9º emissão de debêntures (vi)	4,75% a.a. + CDI	fev/26	76.606	123.613
CDCA (vii)	3,5% a.a. + CDI	nov/30	83.728	87.411
			352.065	441.977
Controladora				
1ª emissão de debêntures (vii)	6,00% a.a. + CDI	abr/26	619.407	461.625
			971.472	903.602
Circulante			774.423	471.665
Não circulante			197.049	431.937

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante, são como segue:

Ano	2025	2024
2026	-	174.090
2027	47.536	80.738
2028	47.740	54.754
2029	46.795	57.050
2030	47.101	53.205
2031	7.877	12.100
Total	197.049	431.937

- i) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A., em 19 de outubro de 2018, foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo 33.000 (trinta e três mil) debêntures da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 33.000 (“Debêntures da 1ª Série”), e 17.000 (dezesete mil) debêntures da 2ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 17.000 (“Debêntures da 2ª Série”), ambas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais).

As debêntures de ambas as séries foram subscritas em 19 de outubro de 2018 pela debenturista inicial e, imediatamente após a subscrição pela debenturista inicial, a totalidade das debêntures foi cedida

para a Habitasec Securitizadora S.A. (“Habitasec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A primeira liberação ocorreu em 21 de dezembro de 2018 pela Habitasec no valor de R\$ 33.000 referente a 1ª série da 2ª emissão de debêntures, e a segunda liberação ocorreu em 26 de agosto de 2019 pela Habitasec no valor de R\$ 17.000 referente a 2ª série da 2ª emissão de debêntures. O vencimento do contrato está previsto para junho de 2026.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis.
- Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente a manutenção da relação dívida líquida ajustada/ *EBITDA* ajustado (índice de alavancagem máxima) em 31 de dezembro de 2023, igual ou inferior a 4,0 vezes; e índice de cobertura de juros mínimo superior a 1,25 vezes.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Superfrio foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Superfrio a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025. A Superfrio recebeu durante o período de 2025 um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$414.302, cumprindo assim a exigibilidade dos *covenants* repactuados.

Em 2025 o grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem da Superfrio foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Superfrio a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro, com alteração nos índices de alavancagem máxima:

- a) 14,0 (quatorze inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2026*;
- b) 6,0 (seis inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras do período encerrado em dezembro de 2026;
- c) 5,0 (cinco inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2027;
- d) 4,0 (quatro inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras dos períodos encerrado em dezembro de 2027; e
- e) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes com base nos balancetes intermediários ou nas demonstrações financeiras, conforme o caso, dos períodos encerrados em junho de 2028 em diante, até a Data de Vencimento

“13.3.1. Exclusivamente para os fins da apuração do Índice de Alavancagem Máxima para o período encerrado em junho de 2026, dever-se-á considerar na definição de EBITDA um ajuste extraordinário de não recorrentes limitado a R\$ 63.000 (sessenta e três milhões de reais) referente ao ajuste feito no período encerrado em dezembro de 2025.”

- ii) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Superfrio, em 09 de dezembro de 2019, foram emitidas 49.658 (quarenta e nove mil, seiscentas e cinquenta e oito) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 49.658 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil).

A totalidade das debêntures foram subscritas em 10 de novembro de 2020 pela debenturista Isec Securitizadora S.A. (“Isec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 25 de novembro de 2020 pela Isec no valor de R\$ 49.658. O vencimento do contrato estava previsto para 01 de outubro de 2029, porém a operação foi liquidada em março/2025.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- *Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;*
- *Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis;*
- *Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado*

- iii) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, da Superfrio em 04 de maio de 2021, foram emitidas 75.000 (Setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, da 5ª emissão de debêntures da Emissora, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 75.000.

A totalidade das debêntures foram subscritas em 14 de maio de 2021 pela debenturista True Securitizadora S.A. (“True” ou Debenturista), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 14 de maio de 2021 pela True no valor de R\$ 75.000. O vencimento do contrato está previsto para 13 de maio de 2031.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- *Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;*
- *Cessão fiduciária de direitos creditórios e/ou dos direitos creditórios futuros;*
- *Fundo de despesas;*
- *Promessa de cessão fiduciária;*
- *Cláusula restritiva (covenants) equivalente à manutenção da relação dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) igual ou inferior a 4,0 vezes; e índice de cobertura de juros mínimo superior a 1,25 vezes; e*
- *Propriedades das unidades Simões Filho, Vargem Grande do Sul e Cuiabá.*

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Superfrio foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Superfrio a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025. A Superfrio recebeu durante o período de 2025 um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$414.302, cumprindo assim a exigibilidade dos *covenants* repactuados.

Em 2025 o grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro, com alteração nos Índices de alavancagem máxima:

- a) 14,0 (quatorze inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2026
- b) 6,0 (seis inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras do período encerrado em dezembro de 2026;
- c) 5,0 (cinco inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2027;
- d) 4,0 (quatro inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras dos períodos encerrado em dezembro de 2027; e
- e) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes com base nos balancetes intermediários ou nas demonstrações financeiras, conforme o caso, dos períodos encerrados em junho de 2028 em diante, até a Data de Vencimento

“13.3.1. Exclusivamente para os fins da apuração do Índice de Alavancagem Máxima para o período encerrado em junho de 2026, dever-se-á considerar na definição de EBITDA um ajuste extraordinário de não recorrentes limitado a R\$ 63.000(sessenta e três milhões de reais) referente ao ajuste feito no período encerrado em

dezembro de 2025.”

- iv) De acordo com os termos e condições definidos no da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A, em 15 de outubro de 2021, foram emitidas o valor total de R\$ 100.000, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

A totalidade das debêntures foram subscritas em 15 de outubro de 2021 pela True Securitizadora S.A (“True” debenturista Isec Securitizadora S.A. (“Isec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 11 de novembro de 2021 pela True no valor de R\$ 100.000. O vencimento do contrato está previsto para 15 de outubro de 2031.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- Fundo de despesas a ser constituído mediante a retenção pela debenturista.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) igual ou inferior a 4,0 vezes; e índice de cobertura de juros mínimo superior a 1,25 vezes.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025. A Companhia recebeu durante o período de 2025 um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$414.302, cumprindo assim a exigibilidade dos *covenants* repactuados.

- v) De acordo com os termos e condições definidos na 8ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, numa única série, para colocação privada, de Superfrio em 21 de março de 2022, foi emitido o montante total de R\$ 20.300, com um valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Todas as debêntures foram subscritas em 21 de março de 2022 pela Habitasec Securitizadora S.A. (“Habitasec” ou “Debenturista”), empresa com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos fundos ocorreu em 31 de março de 2022 pela Habitasec, no valor de R\$20.300. O vencimento do contrato está previsto para o dia 09 de março de 2027.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- Fundo de despesas a ser constituído mediante a retenção pela debenturista.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação da dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) em 31 de dezembro de 2023, menos de 4,0 vezes; e cobertura de juros superior a 1,25 vezes.

Em 2025 o grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando na quebra dos *covenants*. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro, com alteração nos Índices de alavancagem máxima:

- a) 14,0 (quatorze inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2026;
- b) 6,0 (seis inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras do período encerrado em dezembro de 2026;
- c) 5,0 (cinco inteiros) vezes com base no balancete intermediário do período encerrado em junho de 2027;
- d) 4,0 (quatro inteiros) vezes com base nas demonstrações financeiras dos períodos encerrado em

dezembro de 2027; e

- e) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes com base nos balancetes intermediários ou nas demonstrações financeiras, conforme o caso, dos períodos encerrados em junho de 2028 em diante, até a Data de Vencimento

“13.3.1. Exclusivamente para os fins da apuração do Índice de Alavancagem Máxima para o período encerrado em junho de 2026, dever-se-á considerar na definição de EBITDA um ajuste extraordinário de não recorrentes limitado a R\$ 63.000(sessenta e três milhões de reais) referente ao ajuste feito no período encerrado em dezembro de 2025.”

- vi) A modalidade “CDCA” é um título de crédito nominativo, de livre negociação e representativo de promessa de pagamento em dinheiro, vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre cooperativas rurais, produtores ou por empresas que desenvolvam atividades ligadas à agricultura ou à pecuária.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025. A companhia recebeu em 2025 um aporte via AFAC de R\$414.302, cumprindo assim a exigibilidade dos covenants repactuados.

Em 2024, foram revisadas as condições contratuais, com as seguintes principais deliberações:

- Alteração do cronograma de pagamento dos CDCAs e, consequentemente, dos CRA.
 - Reorganização societária do grupo das devedoras, sem configuração de vencimento antecipado.
 - Desenquadramento temporário dos índices financeiros das devedoras em 31/12/2024.
 - Autorização para a adoção de atos necessários à formalização das deliberações, incluindo ajustes nos documentos da operação.
 - A aprovação foi condicionada ao cumprimento de prazos e exigências específicas, tais como reestruturação financeira, captação de recursos e apresentação de aprovações regulatórias. Além disso, a Superfrio deverá efetuar o pagamento de um prêmio flat de 1% sobre o saldo devedor atualizado dos CDCAs até 15/02/2025.
- vii) Em 08 de abril de 2024, a Controladora realizou a 1ª Emissão de Debêntures (“1º Emissão”), conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, sendo emitidas 412.371 mil debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o valor total de R\$ 412.371. O vencimento ocorre em 12 meses a contar da data de emissão. No vencimento original as partes negociaram a prorrogação do prazo de vencimento, acrescentando mais 12 meses ao prazo original.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Controladora encontra-se adimplente com as cláusulas estabelecidas na escritura dessas debêntures que pudesse ensejar, por parte dos credores, a exigência de liquidação antecipada das debêntures.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Garantias reais, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento de todo e qualquer valor devido pela emissora em razão das debêntures, abrangendo o valor nominal unitário, juros remuneratórios, remuneração de extensão de prazo de vencimento, o prêmio de pré-pagamento e demais prêmios eventualmente descritos na escritura de emissão, custos, comissões, encargos e despesas de emissão e a totalidade das obrigações acessórias.
- Garantia adicional fidejussória, “fiança”, prestada em relação a totalidade dos valores das obrigações garantidas.
- Alienação fiduciária das ações da Superfrio detidas pela Fiadora.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação da dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) em 31 de dezembro de 2024, menos de 5,5 vezes

20 Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento - Consolidado

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em alguns contratos, principalmente relacionada a imóveis (armazéns e unidades administrativas). A taxa média de juros para dezembro de 2025 é de 16,66% ao ano (em dezembro de 2024, 8,56% a.a.).

Os direitos de uso de ativos referentes a contratos de locação de imóveis, máquinas e veículos estão apresentados a seguir:

Consolidado					
	Imóvel	Equipamentos	Máquinas	Veículos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	170.533	1.590	26.676	-	198.799
Adição	16.947	1.210	25.717	450	44.324
Remensuração	15.556	126	290	-	15.972
Baixa	(18.968)	(565)	(2.678)	-	(22.211)
Amortização	(40.700)	(898)	(10.057)	(362)	(52.017)
	143.368	1.463	39.948	88	184.867
Saldos em 31 de dezembro de 2024	143.368	1.463	39.948	88	184.867
Adição (i)	39.480	-	2.808	7.181	49.469
Remensuração	14.520	1.507	10.439	1.185	27.651
Baixa	(4.819)	-	(4.222)	-	(9.041)
Amortização	(21.948)	(1.805)	(30.594)	(3.757)	(58.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	170.600	1.165	18.379	4.697	194.841

- (i) Em 2025 a Superfrio realizou uma operação “*Sale and Leaseback*” do galpão de São José dos Pinhas -PR junto a financiadora Riza Gestora de recursos, no valor de R\$83.000, o prazo da operação é de 5 anos, a Companhia possui o direito de operar os ativos. A Superfrio manteve o ativo registrado na rubrica de imobilizado e o reflexo do arrendamento estão registrados na rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento, adicionalmente registrou o montante a pagar para financiador referente o direito de recompra do ativo na rubrica de outras contas a pagar conforme nota explicativa nº 24.

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar nos exercícios findos 31 de dezembro, está apresentada a seguir:

Consolidado

Direito de uso		Passivo de arrendamento	
Saldo em 01 de janeiro de 2024	198.799	Saldo em 01 de janeiro de 2024	(208.449)
(+) Adições	44.324	(+) Adições novos contratos	(44.324)
(+) Remensurações	15.972	(+) Remensurações	(15.972)
(-) Depreciação	(52.017)	(+) Juros de arrendamento	(24.137)
(-) Baixa	(22.211)	(-) Pagamentos de principal e juros	65.784
		(-) Baixa	22.211
Saldo em 31/12/2024	184.867	Saldo em 31/12/2024	(204.937)
		Circulante	(39.402)
		Não circulante	(165.535)
(+) Adições	49.469	(+) Adições novos contratos	(49.469)
(+) Remensurações	27.651	(+) Remensurações	(27.651)
(-) Depreciação	(58.106)	(+) Juros de arrendamento	(25.157)
(-) Baixa	(9.040)	(-) Pagamentos de principal e juros	84.254
		(-) Baixa	9.040
		(-) Transferência passivos mantidos para venda (i)	(9.587)
Saldo em 31/12/2025	194.841	Saldo em 31/12/2025	(204.333)
		Circulante	(50.211)
		Não circulante	(154.121)

- (i) Em 2024 os ativos das empresas Austral (controlada da Logfrio) e Logmaster estavam apresentados na nota explicativa 17 “Ativos e passivos mantidos para venda”, já em 2025 os ativos foram reclassificados conforme sua natureza, conforme previsto no item 26 do CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. A reclassificação foi realizada, pois os critérios para classificação como mantidos para venda deixaram de ser atendidos, sendo assim os ativos e passivos são reclassificados para as respectivas rubricas originais no balanço patrimonial e mensurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis antes da classificação.
- A empresa Austral é controlada pela Logfrio, e teve seu investimento refletido na mesma

21 Salários, ordenados e encargos sociais - Consolidado

O saldo de salários a pagar é referente a competência de dezembro de cada exercício. As provisões incluem férias, dissídio e bônus.

	2025	2024
Salários a pagar	9.655	6.869
Provisões (i)	28.335	19.496
INSS	5.569	501
FGTS	1.513	738
Outros encargos e contribuições	1.705	6.287
	46.777	33.891

- i) Provisões referente a férias do próximo, bônus e hora extra a serem pagos no próximo exercício.

22 Impostos parcelados – Consolidado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Programa de regularização tributária (REFIS) (i) (ii)	11.745	14.608
Estaduais (ii)	12.111	17.140
Federais (ii)	107.695	89.538
FGTS (ii)	<u>4</u>	<u>3</u>
	<u>131.556</u>	<u>121.289</u>
Ativo circulante	42.019	30.963
Ativo não circulante	89.536	90.326

- (i) Em 25 de agosto de 2017 foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária dos débitos previdenciários e demais débitos, das empresas Superfrio, Cefri, e Embaladora cujas condições oferecidas foram o pagamento à vista de 5% (cinco por cento) do total do débito, dividido em 5 (cinco) parcelas, e o saldo residual parcelado em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, e de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.
- (ii) No ano de 2025 a Superfrio e suas subsidiárias realizaram novos parcelamentos nas esferas Estadual e Federal, com 60 meses de prazo e os juros total de 20%, estes impostos foram apurados no exercício de 2025. Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 da Superfrio é de R\$ 43.737 (R\$ 34.461 em 2024), saldo a pagar da Embaladora de R\$ 2.337 (R\$ 1.738 em 2024), saldo a pagar da BR Cold Cascavel de R\$ 4.078 (R\$ 6.527 em 2024), saldo a pagar da Logfrio R\$ 59.555 (R\$ 52.021 em 2024), saldo a pagar da TAC de R\$ 25.507 (R\$ 20.015 em 2024) e saldo à pagar da Cefri de R\$ 7.709 (R\$ 6.527 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Superfrio e suas controladas mantiveram a regularidade, e a pontualidade, no pagamento dos parcelamentos, assegurando a continuidade dos benefícios adquiridos quando de sua adesão.

23 Provisão para demandas judiciais - Consolidado

A provisão para fazer face às perdas consideradas prováveis em função de riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída mediante julgamento da Administração e de seus consultores jurídicos. As provisões podem ser assim sumarizadas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Riscos tributários (a)	492	1.013
Valor justo de passivos de riscos tributários assumidos - Via Verona (b)	7.173	7.173
Riscos trabalhistas e previdenciários (c)	<u>15.801</u>	<u>4.960</u>
	<u>23.466</u>	<u>13.146</u>

- (a) **Tributários** - referem-se a questionamentos sobre determinados tributos incidentes sobre a operação da Superfrio.
- (b) Referem-se aos 15,99% dos ajustes aplicados como ajustes ao valor justo das contingências passivas assumidas em decorrência da transação da Via Verona.
- (c) **Trabalhistas e previdenciários** - referem-se a questionamentos de possíveis descumprimento por parte da Superfrio de algum dispositivo da Lei Trabalhista.

Abaixo a movimentação das provisões para demandas judiciais:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	-
Provisões para demandas judiciais assumidas na aquisição da Via Verona	5.973
Adição de valor justo de passivos de risco tributário assumidos	7.173
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.146
Adição provisões trabalhistas	22.309
Reversões provisões trabalhistas	(11.473)
Reversões provisões tributárias e administrativas	(516)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.466

O Grupo possui outras contingências passivas envolvendo questões fiscais, tributárias e trabalhistas no montante estimado em R\$ 39.230 (R\$ 44.861 em 2024). Em razão do estágio em que se encontram essas ações e em função dos consultores jurídicos considerarem possíveis as chances de perda, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

Em 2025 o Grupo revisou sua política contábil para reconhecimento de provisões para contingências, passando a adotar uma abordagem mais conservadora. Em períodos anteriores, os processos judiciais eram classificados como de perda provável apenas após decisão em segunda instância. A partir de 2025, o Grupo passou a classificar como de perda provável os processos já julgados em primeira instância (pré-julgados), quando presentes elementos suficientes que suportem essa avaliação.

Adicionalmente, o Grupo vem adotando como prática a realização de depósitos judiciais relacionados às contingências em discussão, com os seguintes objetivos principais: (i) garantir o juízo, assegurando a disponibilidade de recursos para liquidação de eventual obrigação, caso haja decisão desfavorável; (ii) suspender a exigibilidade dos débitos em discussão, evitando medidas de cobrança, como protestos e inscrição em dívida ativa; e (iii) mitigar o risco de constrições judiciais sobre seus ativos, uma vez que os depósitos judiciais podem ser utilizados como substitutos de penhora. Em 31 de dezembro 2025 o Grupo possui o montante de depósitos judiciais de R\$11.268 (Em 2024, R\$ 0).

24 Outras contas à pagar – Consolidado

	2025	2024
Aquisições à pagar (i)	68.719	74.703
Adiantamento de clientes	12.122	1.445
Adiantamento de venda ativos mantidos para venda	-	19.700
Despesas provisionadas (ii)	37.571	-
Op. Sale and Leaseback (iii)	83.000	-
Outras contas à pagar	5.085	3.757
	206.497	99.605
Ativo circulante	67.429	40.795
Ativo não circulante	139.068	58.810

- i) Refere-se aos saldos de aquisições à pagar de quotas da controlada Cefri no montante de R\$ (2.252) (R\$ 1.329 em 2024), saldo referente à aquisição da Logmaster no montante de R\$ 6.378 (R\$ 8.453 em 2024), saldo referente à aquisição da Logfrio no montante de R\$ 46.867 (R\$ 42.916 em 2024), saldo referente à aquisição

da Austral no montante de R\$ 786 (R\$ 5.151 em 2024), saldo referente à aquisição da TAC no montante de R\$ 8.827 (R\$ 14.273 em 2024). Os saldos das aquisições estão sendo corrigidos com base em 100% da variação positiva do CDI, e para Logmaster, Logfrio e Austral CDI mais 3% e para a TAC serão corrigidas pela variação positiva do IPCA e acrescidas de juros de 0,165% (zero vírgula cento e sessenta e cinco por cento) ao mês (i.e., 2% (dois por cento) ao ano) desde a Data do Fechamento até a data em que foram pagas.

Consolidado				
Empresas	Saldo 2024	Pagamentos	Juros	Saldo 2025
Cefri	(2.252)			(2.252)
Gelósia Terreno	5.514	(6.849)	1.335	-
Logmaster	7.130	(6.248)	470	1.352
Logfrio	44.850	(1.688)	11.818	54.980
Austral	5.329	(5.285)	741	785
TAC	14.132	(6.951)	6.673	13.854
Total dívida	74.703	(27.021)	21.037	68.719

- ii) Referente ao saldo de provisão de avarias com estoque de terceiros.
- iii) Em 2025, a Superfrio realizou uma operação “Sale and Leaseback” do galpão de São José dos Pinhas -PR junto a financiadora Riza Gestora de recursos, no valor de R\$83.000, o prazo da operação é de 5 anos, a Companhia possui o direito de operar os ativos. A Companhia manteve o ativo registrado na rubrica de imobilizado e o reflexo do arrendamento estão registrados na rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento, adicionalmente registrou o montante a pagar para financiador referente o direito de recompra do ativo na rubrica de outras contas a pagar.

25 Ativos e passivos fiscais diferidos e corrente - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com a legislação tributária vigente, as diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados, não possuem prazo de prescrição. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, somente na extensão que considera provável a sua realização, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

(i) Base de cálculo do prejuízo fiscal não reconhecido – Consolidado:

	2025	2024
Prejuízo fiscal sobre o imposto de renda	638.263	299.982
Base negativa sobre a contribuição social (“CSLL”)	638.263	299.982

(ii) Ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Superfrio procedeu à baixa total do saldo de ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 44.110 em função da ausência da expectativa de auferir lucro tributável futuro nas projeções de resultado.

A Administração revisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos com base em projeções de resultados tributáveis futuros, elaboradas a partir de premissas

consistentes com o planejamento estratégico da Companhia, aprovadas pela alta Administração.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia são compostos pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL e pelas diferenças temporárias. O estudo da estimativa de realização desses saldos tem ênfase exclusivamente na expectativa de realização (consumo) do prejuízo fiscal e da base negativa do CSLL.

Nos termos do art.580.p. único do RIR/2018, não há prazo para a compensação do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controlada Superfrio é demonstrada como segue:

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(590.394)	(11.725)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculado pela alíquota fiscal combinada	200.734	61.787
Adições	(25.074)	-
Exclusões	1.258	-
Prov. perdas sobre valor recuperável (impairment ágio)	(58.672)	
Outras diferenças dedutíveis / (tributáveis)	181	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecida por falta de expectativa de realização	(164.097)	(61.027)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(45.670)	(760)
Alíquota efetiva	18%	1%
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	2.802	(1.370)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.472)	610

26 Patrimônio líquido – Controladora

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Companhia é de R\$ 278.511, representado por 27.851.144 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 28.058 mediante o cancelamento de 2.805.804 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de abril de 2024, foi deliberado em AGE aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 306.569 mediante a emissão de 30.656.909 mil ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, pelos acionistas controladores, com o investimento na Superfrio.

Em 23 de março de 2024, subscrição do capital social da Companhia em dinheiro pelos acionistas controles no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), correspondente a 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) – Acionistas não controladores

Durante o exercício de 2025, a controlada Superfrio recebeu adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), devidamente aprovados em Atas de Assembleia Geral, nos seguintes montantes:

AFAC, conforme Ata de Assembleia Geral de 05/05/2025 – R\$ 12.000

AFAC, conforme Ata de Assembleia Geral de 07/05/2025 – R\$ 153.000

AFAC, conforme Ata de Assembleia Geral de 16/05/2025 – R\$ 4.744

AFAC, conforme Ata de Assembleia Geral de 28/08/2025 – R\$ 162.100

AFAC, conforme Ata de Assembleia Geral de 27/11/2025 – R\$ 82.458

O referido montante R\$ 414.302, encontra-se classificado no patrimônio líquido, considerando que o adiantamento foi realizado com caráter irrevogável e irretratável, sem previsão de restituição em dinheiro ou qualquer outra forma de reembolso à acionista, estando destinado exclusivamente à futura capitalização.

Dessa forma, não há obrigação contratual ou expectativa de liquidação do referido valor por parte da controlada Superfrio, razão pela qual o AFAC não é classificado como passivo. O saldo permanece aguardando deliberação societária para sua conversão em capital social, em conformidade com a legislação societária vigente.

Em 2025 a companhia detém como acionistas o fundo de investimento Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - FIP, com 82,44% de participação direta, e 14,54% de participação indireta através da Via Verona.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendos, ficando a disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do resultado do exercício após a constituição das reservas previstas em lei e no próprio estatuto.

27 Receita operacional líquida - Consolidado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de armazenagem	303.108	280.923
Receita de transporte	305.450	286.095
Receita de aluguel	90.186	86.390
Receita de industrialização	5.285	8.813
Subtotal	<u>704.029</u>	<u>662.221</u>
Impostos sobre vendas	<u>(95.615)</u>	<u>(95.270)</u>
Receita operacional líquida	<u>608.414</u>	<u>566.951</u>

28 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	-	-	(239.179)	(216.432)
Depreciações e amortizações	(4.993)	(4.993)	(111.137)	(117.314)
Energia elétrica	-	-	(31.237)	(31.186)
Combustível e pedágio	-	-	(15.104)	(21.604)
Manutenção	-	-	(32.940)	(38.968)
Avárias estoques de terceiros	-	-	(47.917)	-
Serviços de terceiros	-	-	(130.835)	(88.384)
Aluguel equipamentos e imóveis	-	-	(5.355)	(5.704)
Material de embalagem	-	-	(2.908)	(2.123)
Seguro patrimonial e frota	-	-	(6.423)	(6.195)
Segurança/vigilância	-	-	(3.792)	(2.892)
Despesas e custos com contingências	-	-	(13.994)	-
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	-	-	(14.762)	(753)
Provisão para <i>impairment</i> sobre ágio	(172.566)	-	(172.566)	-
Outras despesas e custos	(287)	(1.831)	(24.588)	3.481
	(177.846)	(6.824)	(852.737)	(528.074)
Classificado como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(598.903)	(471.474)
Despesas comerciais	-	-	(8.216)	(5.440)
Despesas gerais e administrativas	(5.280)	(6.824)	(68.551)	(67.370)
Perdas com ativos financeiros	-	-	(14.762)	(753)
Provisão para <i>impairment</i> sobre ágio	(177.566)	-	(172.566)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	10.277	16.963
	(177.846)	(6.824)	(852.737)	(528.074)

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	125	159	6.783	2.459
Juros ativos	136	-	584	325
Outros	3	-	3	-
Descontos obtidos	-	-	173	54
	264	159	7.564	2.838
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(157.782)	(61.637)	(265.265)	(152.760)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(23.627)	(24.137)
Juros sobre aquisições a pagar	-	-	(10.181)	(9.971)
Outras despesas financeiras	(14)	-	(54.558)	(36.572)
	(157.796)	(61.637)	(353.651)	(223.440)
Resultado financeiro líquido	(157.532)	(61.478)	(346.088)	(220.602)

30 Instrumentos financeiros – Consolidado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
31 de dezembro 2025	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	32.869	-	-	32.869	-	32.869	-	32.869
	32.869	-	-	32.869	-	32.869	-	32.869
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.010	-	16.010	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	87.812	-	87.812	-	-	-	-
	-	103.822	-	103.822	-	-	-	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	166.864	166.864	-	166.864	-	166.864
Debêntures e certificados de recebíveis	-	-	971.472	971.472	-	971.472	-	971.472
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	251.726	251.727	-	251.727	-	251.727
Arrendamento a pagar	-	-	204.332	204.332	-	204.332	-	204.332
	-	-	1.594.395	1.594.395	-	1.594.395	-	1.594.395

31 de dezembro 2024	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	30.850	-	-	30.850	-	30.850	-	30.850
	30.850	-	-	30.850	-	30.850	-	30.850
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.712	-	12.712	-	-	-	-
Outros investimentos financeiros	-	28	-	28	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	90.373	-	90.373	-	-	-	-
	30.850	103.113	-	103.113	-	30.850	-	133.963
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	276.874	276.874	-	276.874	-	276.874
Debêntures e certificados de recebíveis	-	-	903.601	903.601	-	903.601	-	903.601
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	143.917	143.917	-	143.917	-	143.917
Arrendamento a pagar	-	-	204.937	204.937	-	204.937	-	204.937
	-	-	1.529.329	1.529.329	-	1.529.329	-	1.529.329

Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária. Em 31 de dezembro de 2025, por característica do negócio, as prestações de serviços estão concentradas em 5 grandes clientes do setor de agronegócios e alimentício, perfazendo 51% no consolidado.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	48.879	43.562
Outros investimentos	-	28
Contas a receber de clientes	87.812	90.373
	136.691	133.963
Circulante	136.691	133.935
Não circulante	-	28

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2025					
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima 5- anos
Consolidado						
Fornecedores e outras contas a pagar	251.726	395.257	254.808	140.450	-	-
Empréstimos e financiamentos	166.864	312.321	149.135	152.899	10.286	-
Debêntures e certificados de recebíveis	971.472	1.011.914	822.124	130.555	59.236	-
Arrendamento a pagar	204.332	211.689	59.039	107.089	40.129	5.432
	1.594.394	1.931.181	1.285.106	530.992	109.651	5.432
Circulante	1.071.088	1.285.105	1.285.106	-	-	-
Não Circulante	523.306	646.076	-	530.992	109.651	5.432

	2024					
	Valor Contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima 5 anos
Consolidado						
Fornecedores e outras contas a pagar	143.917	200.590	132.129	53.827	14.634	-
Empréstimos e financiamentos	276.874	308.481	98.724	195.638	14.119	-
Debêntures e certificados de recebíveis	903.601	918.533	476.642	259.804	182.087	-
Arrendamento a pagar	204.937	264.307	62.857	126.933	70.079	4.438
	<u>1.529.239</u>	<u>1.691.911</u>	<u>770.352</u>	<u>636.202</u>	<u>280.919</u>	<u>4.438</u>
Circulante	686.974	770.352	770.352	-	-	-
Não Circulante	842.355	921.559	-	636.202	280.919	4.438

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo e de suas controladas eram:

	2025	2024
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	32.869	30.850
Outros investimentos	-	28
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	166.864	276.874
Debêntures e certificados de recebíveis	971.472	903.601
Outras contas à pagar	206.497	99.605

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

SF 752 Participações Societárias S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Exposição - 31/12/2025	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice de 25%		Redução do índice de 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Consolidado												
Ativos financeiros	-											
Aplicações financeiras	32.869	CDI	14,32%	47	17,90%	59	21,48%	71	10,74%	35	7,16%	24
Outros investimentos	-	CDI	14,32%	-	17,90%	-	21,48%	-	10,74%	-	7,16%	-
Total dos ativos financeiros	32.869			47		59		71		35		24
Passivos financeiros												
Capital de giro	(160.616)	3,5% + CDI a 4,98% + CDI a.a	3,64	(5.852)	4,55	(7.314)	5,4648	(8.777)	2,73	(4.389)	1,8216	(2.926)
CCB	-	Pré fixado 3,00% a 7,75% a.a.	7,79	-	9,74	-	11,69	-	5,84	-	3,90	-
1º emissão de debentures (SF 752)	(619.407)	CDI + 6,0%	6,0	(37.164)	7,5	(46.455)	9,0	(55.746)	4,5	(27.873)	3,0	(18.582)
2ª Emissão Debêntures	(21.467)	9,85% a.a. + IPCA	9,89	(2.124)	12,37	(2.655)	14,84	(3.185)	7,42	(1.593)	4,95	(1.062)
4ª Emissão Debêntures	-	INPC + 7,02% a.a.	7,06	-	8,82	-	10,59	-	5,29	-	3,53	-
5º emissão de Debentures	(71.116)	INPC + 7,05% a.a.	7,04	(5.006)	8,80	(6.257)	10,56	(7.509)	5,28	(3.754)	3,52	(2.503)
7ª emissão de Debentures	(88.735)	INPC + 7,00% a.a.	7,04	(6.246)	8,80	(7.808)	10,56	(9.369)	5,28	(4.685)	3,52	(3.123)
8ª emissão de Debentures	(10.413)	4,75% a.a. + CDI	4,89	(510)	6,12	(637)	7,34	(764)	3,67	(382)	2,45	(255)
9º emissão de Debêntures	(76.606)	4% p.a. + CDI	4,14	(3.174)	5,18	(3.967)	6,21	(4.761)	3,11	(2.380)	2,07	(1.587)
1ª emissão de CDCA	(83.728)	3,5% a.a. + CDI	3,64	(3.050)	4,55	(3.813)	5,46	(4.576)	2,73	(2.288)	1,8216	(1.525)
CEFRI - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda.	2.252	100% CDI a.m	0,1432	3	0,179	4	21,48%	5	0,11	2	0,0716	2
Gelósia Armazenagem Frigorífica Ltda.	-	100% CDI a.m	0,1432	-	0,179	-	21,48%	-	0,11	-	0,0716	-
Logmaster Logística Integrada Ltda.	(6.378)	100% CDI a.m	0,1432	(9)	0,179	(11)	21,48%	(14)	0,11	(7)	0,0716	(5)
Logfrio Logística Ltda.	(51.400)	100% CDI a.m	0,1432	(74)	0,179	(92)	21,48%	(110)	0,11	(55)	0,0716	(37)
Austral Ltda	(786)	100% CDI a.m	0,1432	(1)	0,179	(1)	21,48%	(2)	0,11	(1)	0,0716	(1)
Tac Ltda	(8.827)	100% CDI a.m	0,1432	(11)	0,179	(17)	21,48%	(19)	0,11	(9)	0,0716	(6)
Total dos passivos financeiros	(1.197.227)			(63.216)		(79.023)		(94.827)		(47.414)		(31.609)
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(63.216)		(79.023)		(94.827)		(47.414)		(31.609)

SF 752 Participações Societárias S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Exposição - 31/12/2024	Risco a.a.	Cenários									
			Provável		Aumento do índice de 25%		Aumento do índice de 50%		Redução do índice de 25%		Redução do índice de 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Consolidado												
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	30.850	CDI	10,88	33	13,60	41	16,32	49	8,16	25	5,44	16
Outros investimentos	28	CDI	10,88	-	13,60	-	16,32	-	8,16	-	5,44	-
Total dos ativos financeiros	30.099			33		41		49		25		16
Passivos financeiros												
Capital de giro	(268.955)	3,5% + CDI a 4,98% + CDI	3,61	(9.707)	4,51	(12.134)	5,41	(14.561)	2,71	(7.280)	1,80	(4.854)
Célula de crédito bancário	(4.000)	CDI + 4,66%	4,66	(186)	5,83	(233)	6,99	(280)	3,50	(140)	2,33	(93)
CDC	(3.919)	Pré fixado 3,00% 7,75%	7,80	(306)	9,75	(382)	11,70	(458)	5,85	(229)	3,90	(153)
1º emissão de debêntures (SF 752)	(461.625)	CDI + 6,0%	6,0	(27.698)	7,5	(34.622)	9,0	(41.546)	4,5	(20.773)	3,0	(13.849)
2ª Emissão de debêntures	(21.629)	9,85% + IPCA	9,90	(2.141)	12,37	(2.676)	14,85	(3.211)	7,42	(1.606)	4,95	(1.070)
4ª Emissão de debêntures	(36.829)	2,6% + CDI	7,07	(2.603)	8,83	(3.254)	10,60	(3.904)	5,30	(1.952)	3,53	(1.301)
5º emissão de debêntures	(72.176)	INPC + 7,02%	7,05	(5.087)	8,81	(6.358)	10,57	(7.630)	5,29	(3.815)	3,52	(2.543)
7ª emissão de debêntures	(89.843)	INPC + 7,05%	7,05	(6.332)	8,81	(7.915)	10,57	(9.498)	5,29	(4.749)	3,52	(3.166)
8ª emissão de debêntures	(10.476)	INPC + 7,00%	4,86	(509)	6,07	(636)	7,29	(764)	3,64	(382)	2,43	(255)
9ª emissão de debêntures	(123.613)	4,75% + CDI	4,00	(5.004)	5,06	(6.255)	6,07	(7.506)	3,04	(3.753)	2,02	(2.502)
CDCA	(87.411)	3,5% + CDI	3,61	(3.154)	4,51	(3.943)	5,41	(4.732)	2,71	(2.366)	1,80	(1.577)
CEFRI	(1.329)	100% CDI a.m	10,88	(1)	13,60	(2)	16,32	(2)	8,16	(1)	5,44	(1)
BR Cold Cascavel	(5.516)	100% CDI a.m	10,88	(6)	13,60	(8)	16,32	(9)	8,16	(5)	5,44	(3)
Logmaster	(11.129)	100% CDI a.m	10,88	(12)	13,60	(15)	16,32	(18)	8,16	(9)	5,44	(6)
Logfrio	(42.916)	100% CDI a.m	10,88	(47)	13,60	(58)	16,32	(70)	8,16	(35)	5,44	(23)
Austral Ltda	(5.515)	100% CDI a.m	10,88	(6)	13,60	(7)	16,32	(8)	8,16	(4)	5,44	(3)
Tac Ltda	(14.273)	100% CDI a.m	10,77	(16)	13,60	(19)	16,32	(23)	8,16	(12)	5,44	(8)
Total dos passivos financeiros	(1.261.154)			(62.815)		(78.517)		(94.220)		(47.111)		(31.407)
Impacto no resultado e patrimônio líquido				(62.782)		(78.476)		(94.171)		(47.086)		(31.391)

31 Gerenciamento de capital - Consolidado

A gestão de capital da Companhia e de suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e de suas controladas para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Gestão de capital		
Total do passivo	1.810.077	1.770.154
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(48.879)</u>	<u>(43.562)</u>
(=) Dívida líquida (a)	<u>1.761.198</u>	<u>1.726.592</u>
 Total do patrimônio líquido (b)	 <u>(120.277)</u>	 <u>140.468</u>
 Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	 (14,65)	 12,29

32 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e em sua controlada e saldos em poder de bancos.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício de 2025, o Grupo adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 64.282 (R\$31.652 em 2024), sendo o pagamento em caixa de R\$ 53.908 (R\$ 28.837 em 2024).

c. Movimentações nos empréstimos e financiamentos, Debêntures e certificados de recebíveis

	Consolidado Financiamentos e Debêntures
Saldo em 01 de janeiro de 2024	686.298
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos	
Captações debêntures	400.000
Captações empréstimos	221.862
Pagamentos	(208.198)
Pagamentos de juros	(84.166)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	329.498
Outras variações	
Provisão de juros e encargos	160.680
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	160.680
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.180.475
Variações dos fluxos de caixa de financiamentos	
Captações empréstimos	3.961
Pagamentos	(189.281)
Pagamentos de juros	(120.633)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos	(305.953)
Outras variações	
Provisão de juros e encargos	256.172
Total das variações nos fluxos de caixa operacional	256.172
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.138.336

d. Classificação dos juros de empréstimos e juros de arrendamento

O Grupo tem como política contábil classificar os pagamentos da parcela do principal de arrendamento e os pagamentos da parcela dos juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures certificadas de recebíveis como atividades de financiamento, e essa prática é consistente entre os exercícios.

33 Cobertura de seguros - Consolidado

O Grupo possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para o estoque de mercadorias de terceiros por sua responsabilidade, tais como: seguro de edificações, máquinas e equipamentos, mercadorias, seguro D&O, transporte e responsabilidade civil.

A cobertura máxima corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

34 Eventos subsequentes - Consolidado

Captações

Em 05 de janeiro de 2026, após o encerramento do exercício social, a Superfrio contratou operação de captação de recursos mediante cessão fiduciária de CDB junto ao Banco Daycoval, no valor de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais). A operação foi pactuada à taxa de juros pós-fixada, correspondente ao CDI acrescido de 4,9% ao ano, com vencimento em 17 de junho de 2031.

Em 03 de março de 2026 a Superfrio realizou captação junto ao Banco C6 no valor de R\$6.000 (seis milhões de reais). A operação foi pactuada à taxa de juros pós-fixada, correspondente ao CDI acrescido de 4,5% ao ano, com vencimento em 03 de setembro de 2027.

Sale and Leaseback

Em 27 de fevereiro de 2026 a Superfrio realizou a operação de *Sale and Leaseback* com opção de compra no valor de R\$ 190.000 (cento e oitenta milhões de reais) dos imóveis de Benevides, Manaus, Jacaré e Ribeirão Preto (RPI). O prazo da operação é de 7 anos, a Companhia possui o direito de operar os ativos e manteve os mesmos registrado na rubrica de imobilizado e o reflexo do arrendamento estão registrados na rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento, adicionalmente registrou o montante a pagar para financiador referente o direito de recompra do ativo na rubrica de outras contas a pagar.

* * *